



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**Assembleia Legislativa**

www.protocolo.pi.gov.br  
**AP.010.1.008909/15**  
Senha: D85D588

AL-P-(SGM) Nº 461

Teresina (PI), 02 de outubro de 2015.

Senhor Governador,


Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo **Indicativo de Projeto de Lei** de autoria do **Deputado Francisco Limma** que:

**“Institui o Programa Estadual de apoio Técnico-Financeiro as Escolas Famílias de Formação por Alternância - EFAs do Estado do Piauí”.**

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.

  
Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**  
Digníssimo Governador do Estado do Piauí  
Palácio de Karnak  
**NESTA CAPITAL**

APOIO DO GOV. DO ESTADO DO PIAUÍ  
RECEBI EM 20/10/15  
  
Responsável



# ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 03 DE DE DE 2015

*Institui o Programa Estadual de apoio Técnico-Financeiro as Escolas Famílias de Formação por Alternância - EFAs do Estado do Piauí.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído O Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro as Escolas Familiares de Formação por Alternância englobando a administração direta e indireta, a partir do qual serão apoiadas as ações e projetos, de iniciativa Comunitária, que promovam a integração entre educação e formação profissional no campo.

Art. 2º A execução do Programa será realizada através de Termo de Cooperação Técnica e Financeira, Convênios ou similares, entre o Poder Público através de sua administração Direta e Indireta, e as Escolas Familiares de Formação por Alternância - EFAs do Estado do Piauí.

Parágrafo único. Na formalização dos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, Convênios ou similares serão estipulados as seguintes obrigações, dentre outras:

I - para a Rede das Associações das Escolas Familiar de Formação por Alternância do Estado do Piauí:

a) manter atualizado o Cadastro das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí, das Casas Familiares Rurais e demais componentes que vierem a surgir no Estado;

b) informar os dados atualizados à Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí, contendo, dentre outras informações, número de alunos número de professores; número dos demais profissionais da educação; as demandas didático-pedagógicas necessárias ao pleno funcionamento dos Centros Familiares de Formação por Alternância;

II - para os Centros Educativos Escolas Famílias de Formação por Alternância do Piauí:

a) oferecer cursos gratuitos de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª series, Ensino Médio e ou Técnicos Profissionalizante, qualificação ou requalificação profissional e ainda, nível superior;

b) possuir uma associação autônoma, como mantenedora, composta de pais, alunos, pessoas e entidades comprometidas com o desenvolvimento rural sustentável e solidário;

c) ter como objetivo a formação integral da pessoa humana, tendo por base conceitos e conteúdos do desenvolvimento integrados e sustentável;

d) aplicar o Método da Pedagogia de Alternância;

e) colocar em prática atividades de desenvolvimento do meio ambiente autosustentável;

III - para o Poder Público Estadual:

a) repassar os recursos conveniados conforme estipulado nos termos de cooperação técnica correspondente;

b) fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados de modo a contribuir para que as escolas famílias agrícolas a atingirem os objetivos da formação no campo.





# **ESTADO DO PIAUÍ**

## **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.**

2

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se como escola famílias, o Centro Educativo em Alternância, de iniciativa comunitária, abrangendo:

- I - Escolas Agrícolas;
- II - as escolas famílias agro-extrativistas;
- III - as Escolas famílias de pesca, pecuária ou qualquer outra da mesma natureza, que atenda à necessidade apresentada na área rural.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da Secretaria da Educação e Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de recursos provenientes de doações e demais programas de fortalecimento institucional do Estado.

Art. 5º Os recursos repassados às entidades acima mencionadas destinam-se:

I - ao custeio de despesas de administração e docência, sujeito aos limites previstos na legislação e regulamentos pertinentes;

II - ao investimento e fomento na área técnico-pedagógico, incluindo laboratórios experimentais e Unidades Demonstrativas de Técnicas e Tecnologias aplicadas ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

III - ao custeio de atividades de desenvolvimento do meio ambiente equilibrado e sustentável

IV - ao custeio e investimento da Associação Regional das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí enquanto instituição que congrega os CEFAS do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA**, em Teresina (PI), 15 de setembro de 2015.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**  
Presidente

Dep. **FERNANDO MONTEIRO**  
1º Secretário

Dep. **WILSON BRANDÃO**  
2º Secretário

